

SOBRE “AQUELES QUE MANDAM NO LUGAR”: CORONELISMO, DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA NA REGIÃO SERRANA DO RIO GRANDE DO SUL DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

Marcio Antônio Both da Silva¹

I

O período que se estende entre os anos de 1889 e 1930 demarca a instituição, os primeiros passos e a realização do regime republicano no Brasil. Tradicionalmente este momento da história brasileira é conhecido e descrito como a época do domínio da política do café com leite. Interpretação que prioriza e dá destaque ao papel econômico-político exercido por São Paulo (produtor de café) e Minas Gerais (produtor de leite) no cenário nacional. Entretanto e em alguns casos, pouco se preocupa em estender seu olhar para além do eixo São Paulo/Minas Gerais e, quando o faz, não dá a devida atenção ao peso e importância dos outros estados da federação na própria forma como se constituíram os acertos políticos que demarcaram as especificidades da Primeira República. Dessa forma, tais estados são tratados como “periféricos”, muitas vezes apresentados como submissos a São Paulo e a Minas Gerais e seus partidos republicanos: o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM). Ainda segundo este ponto de vista, um lugar importante era ocupado pelo Rio Grande do Sul, estado que, segundo algumas interpretações, via influência e importância do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), seria o “fiel da balança” e/ou “fator de instabilidade” no jogo político que caracterizou a Primeira República².

De uma maneira geral, as análises que centram sua atenção no tripé São Paulo/Minas Gerais/Rio Grande do Sul não devem ser descartadas, visto que efetivamente o domínio político e econômico exercido por esses estados, principalmente os dois primeiros, é visível e presente não só na bibliografia que descreve a Primeira República, mas também nas fontes produzidas na e sobre a época. Em outros termos, tanto os documentos oficiais produzidos pelo Estado como os de cunho mais literário e jornalístico tendem a direcionar a atenção dos seus leitores para esses estados. Entretanto, por ser muito genérica e direcionada, tal leitura acaba silenciando ou colocando na obscuridade algumas questões interessantes e importantes, as quais além de proporcionarem novos temas à produção historiográfica, também

¹ Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Colegiado de História e do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: <marcioboth@gmail.com>.

² Conferir: LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil republicano, estruturas de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 111-138.

possibilitam a compreensão mais profunda de alguns aspectos relativos ao período. Neste sentido, destaca-se o problema da questão agrária, visto que uma das peculiaridades do Brasil do início do século XX foi o deslocamento de determinados setores da sociedade nacional em direção às zonas de fronteira agrária. Processo que pode ser visualizado na paulatina expansão da agricultura cafeeira em direção à região Oeste do estado de São Paulo e Norte do Paraná³, na migração de populações que viviam no Nordeste do Brasil em direção a região Norte⁴, bem como no desenvolvimento de políticas estaduais e federais de colonização e povoamento, as quais, via introdução de imigrantes europeus, buscaram dar maior densidade demográfica e tornar economicamente produtivas algumas regiões do Brasil⁵, como aquelas situadas nos estados do Sul⁶ e que faziam fronteira com as nações vizinhas de fala espanhola.

A instituição do regime republicano, como demonstra Emília Viotti da Costa⁷, representa um momento chave na história do Brasil, uma vez que a República significou a consolidação política do poderio econômico das elites paulistas vinculadas à produção de café. Desde este ponto de vista, a Proclamação representa o momento em que tais elites alcançam hegemonia política e passam a ser o principal grupo a gerenciar e administrar o Estado, bem como definir o conjunto de políticas internas e externas realizadas no período. Tal mudança no cenário nacional não aconteceu sem embates e um demonstrativo importante disso foi a série de conflitos que marcaram a instituição e os primeiros anos da República. Conflitos que ganham vida, por exemplo, na Revolução Federalista ocorrida no Rio Grande do Sul entre 1891 e 1895 e na Revolta da Armada, ocorrida no Rio de Janeiro em 1891. Este cenário tumultuoso alcançou certa harmonia no governo Campos Sales (1898-1902), segundo governo civil da República, que, a partir do estabelecimento de uma série de acordos entre as lideranças políticas federais, estaduais e municipais – conhecida como Política dos Governadores – conseguiu definir as bases sobre as quais a República funcionou, ainda que com alguns sobressaltos e desarranjos, até 1930.

Outro fator importante que ajuda a compreender a Primeira República foi o processo de descentralização realizado a partir da Constituição de 1891, uma vez

³ Ver, MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

⁴ VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

⁵ Um exemplo do quanto as políticas de povoamento das regiões de fronteira agrária eram importantes e ocupavam lugar especial nas pautas de discussão da época pode ser encontrado na conhecida frase “Governar é Povoar”, a qual foi objeto de discussões interessantes e serviu de lema ao governo Afonso Pena que foi Presidente da República entre 1906 e 1909.

⁶ Sobre esta questão, consultar: SEYFERTH, Giralda. Imigração, ocupação territorial e cidadania: o vale do Itajaí e a política de colonização na Primeira República. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 79-118; ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Editora UNIJUI, 1997 e SILVA, Marcio Antônio Both da. *Babel do novo mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)*. Niterói: EDUFF; Guarapuava: UNICENTRO, 2011.

⁷ Ver: COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999.

que, embora também tenha sido motivo de conflitos⁸, a federalização deu maior autonomia aos estados federativos em relação ao governo central. No que tange a questão agrária, a Constituição demarca um marco importante na história brasileira, pois transferiu aos estados a responsabilidade por legislar as questões relativas à apropriação territorial. Fato que, segundo Márcia Motta e Sônia Mendonça, deu maior margem às manobras realizadas pelos grupos dominantes locais no sentido de garantirem seus interesses vinculados ao processo de apossamento e privatização das terras devolutas⁹.

Dessa maneira, para compreendermos profundamente a forma como se constituiu a questão agrária durante a Primeira República é necessário levarmos em conta que, comparativamente ao período Imperial, em termos estruturais, a República não significou uma alteração profunda da realidade econômica e social brasileiras. Ademais, pensar este problema a partir das vinculações existentes entre os processos políticos expressos na e pela Constituição de 1891, das disputas entre as classes e frações de classes que lutavam por estabelecer sua hegemonia¹⁰ e da constituição de um conjunto de relações sociais produzidas a partir do estabelecimento da Política dos Governadores, possibilita conhecer alguns aspectos ainda não profundamente abordados pela historiografia que se preocupou em analisar o período.

Dentre tais assuntos, ocupa lugar especial a questão do coronelismo, pois este fenômeno, que foi muito bem estudado e descrito por Victor Nunes Leal¹¹, estava diretamente vinculado e era expressão local (município) da Política dos Governadores. Entretanto, um aspecto sobre o coronelismo ainda não bem elucidado e trabalhado pela historiografia é o da relação dos coronéis com seus subordinados. De acordo com Leal, o coronelismo é uma “forma peculiar de manifestação do poder privado”, ou melhor, um compromisso estabelecido entre o “poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente senhores de terras”¹², portanto, um fenômeno diretamente ligado à forma como se organizou a estrutura agrária brasileira.

O poder político exercido pelos coronéis estava ligado à sua capacidade de mobilização eleitoral, uma vez que com a ampliação do número dos votantes a partir da República – ainda que restrita aos alfabetizados de sexo masculino –

⁸ Os conflitos relativos ao estabelecimento do regime federativo são visíveis nas críticas realizadas pelas lideranças políticas de São Paulo ao Governo Deodoro da Fonseca que, mesmo diante desta oposição, buscou realizar um governo de cunho bastante centralizado. Sobre esta questão ver: FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2008.

⁹ Cf: MOTTA, Márcia Menendes; MENDONÇA, Sônia Regina. Continuidade nas rupturas: legislação agrária e trabalhadores rurais no Brasil de inícios da República. In.: *Revista Brasileira de Pós Graduação em Ciências Sociais*, Brasília, v. VI, 2002, p. 127-147.

¹⁰ Para conhecer o modo como se configurava os conflitos interclasses no contexto da Primeira República, ver: MENDONÇA, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

¹¹ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

¹² LEAL, *Coronelismo, enxada e voto ...*, p. 40.

exercer controle sobre o eleitorado rural era uma questão de grande importância¹³, já que, na época, a maior parte da população brasileira residia no campo. Ainda de acordo com Leal, o coronelismo é fenômeno datado historicamente, pois resulta da confluência de um fato político (aumento do poder dos governos estaduais em função da federalização), com uma conjuntura econômica (empobrecimento dos fazendeiros devido às constantes crises econômicas internas e externas que marcaram as décadas iniciais do século XX¹⁴). Nestes termos,

o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle de cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao Presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é a fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. O coronelismo não existiu antes dessa fase e não existe depois dela¹⁵.

De uma maneira geral, esta faceta do coronelismo já foi bem estudada e, como demonstra José Murilo de Carvalho¹⁶, foi alvo de atenção de diferentes interpretações sustentadas em distintas teorias e pontos de vista. Por seu turno, o interesse aqui será discutir mais detidamente a forma como ocorriam as relações entre os chefes locais e a população rural que estava sob sua esfera de influência. Tal interesse se justifica na medida em que os debates sobre esta questão ainda são escassos, ademais é importante que se realize uma retomada de alguns pontos presentes nas interpretações clássicas.

Um desses pontos, diz respeito ao modo como se constituíam as relações coronelísticas na base desse sistema político, isto é, na relação mais particularizada entre os coronéis e seus subordinados. Neste sentido, Victor Nunes Leal demonstra que a posição de liderança exercida pelos coronéis estava diretamente atrelada à sua capacidade de executar alguns serviços de ordem pública – seja por meio de seu empenho e prestígio político ou por contribuições pessoais recebidas de amigos e

¹³Cf. NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

¹⁴A crise decorrente dos insucessos das tentativas de estabilização do país via a política econômica adotada durante o governo Deodoro, ficou tradicionalmente conhecida como *encilhamento*. A superprodução de café ocorrida em 1895 e o Convênio Taubaté, realizado pelos estados de Minas Gerais e São Paulo em 1906, são exemplos destas crises e de algumas medidas adotadas para solucioná-las.

¹⁵CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual, p. 231. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 40, n.º 2, 1997, p. 229-249.

¹⁶CARVALHO, Mandonismo, coronelismo, clientelismo...

correligionários –, portanto, não estava solta no ar. Entretanto, não deixa de postular que a força dos coronéis também estava vinculada à “incapacidade política” e à “ignorância” de parte da população rural, a qual, nas suas palavras, em diferentes situações, mas principalmente nos períodos eleitorais, podia ser organizada em “magotes de eleitores” que eram conduzidos como quem “toca tropa de burros”¹⁷.

Assim, para Leal, a dominação exercida pelos coronéis, além de estar ligada à “fraqueza do dono de terras, que se ilude com o prestígio do poder, obtido a custa de submissão política”, igualmente estava atrelada à “fraqueza desamparada e desiludida dos seres quase sub-humanos que arrastam a existência no trato de suas propriedades”¹⁸. Embora concorde com a primeira afirmação, penso que a referida “ignorância” da população rural deve ser problematizada. Em outros termos, aceitar sem grandes questionamentos que a população do interior do Brasil era ignorante, significa naturalizar determinados comportamentos e não dar margens para compreendermos o conteúdo social e altamente racional de algumas atitudes¹⁹. Ao longo do livro, Leal traz elementos que ajudam a compreender mais detidamente os fundamentos deste seu ponto de vista sobre a população rural como um todo. Contudo, considero que mesmo economicamente fracos em relação aos fazendeiros, o conjunto da população formada por agregados, pequenos proprietários, trabalhadores agrícolas, jornaleiros e etc., não deixava de questionar a dominação exercida pelos coronéis, especialmente quando alguns dos preceitos que definiam a relação coronelística eram rompidos por algumas das partes nela envolvidos. Desta forma, na sequência deste artigo, a partir da análise de algumas situações descritas em processos crimes movidos na Comarca de Santo Ângelo – município situado na parte Norte do estado do Rio Grande do Sul, que na época era conhecida como região serrana –, buscarei problematizar esta relação destacando os seus momentos de crise.

II

Uma das marcas do Rio Grande do Sul na Primeira República foi o domínio político exercido pelo PRR, principalmente a preponderância de algumas lideranças desse partido que marcaram profundamente a história do período e o que se conta sobre ele. Políticos tais como Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Pinheiro Machado, Getúlio Vargas, entre outros, ganham destaque especial quando são abordados assuntos referentes àquela quadra histórica. Da mesma forma, em termos municipais, também temos a atuação de lideranças locais que tem peso significativo e, em muitos casos, são tratados como heróis regionais, os quais invariavelmente são homenageados, seja por meio de bustos e estátuas erguidos em praças e locais

¹⁷LEAL, *Coronelismo, Enxada e Voto...*, p. 63.

¹⁸LEAL, *Coronelismo, Enxada e Voto...*, p. 78.

¹⁹Em *Os Bestializados*, José Murilo de Carvalho desenvolve uma série de análises que iluminam muito desta questão e demonstram o quanto de racionalidade existia nas ações e reações levadas a cabo pela população do Rio de Janeiro em relação às ingerências do Estado em sua vida particular. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

públicos ou pela nomeação de ruas e avenidas com seus nomes. Este é caso, por exemplo, de Antônio Soares de Barros (coronel Dico) em Ijuí, de Victor Dumoncel Filho em Santa Bárbara, de Firmino de Paula em Cruz Alta, de Bráulio de Oliveira em Santo Ângelo, de Valzumiro Dutra e de Leonel Rocha em Palmeira das Missões e outros mais, cuja enumeração aqui é desnecessária.

Se o primeiro grupo citado representa as altas lideranças do PRR, os quais ocuparam diferentes lugares na estrutura do Estado, ou seja, foram governadores, Presidentes da República, senadores, deputados federais ou estaduais, ministros, secretários de Estado, etc, o segundo grupo de pessoas, por seu turno, representa as lideranças locais que agiam no âmbito dos municípios. Da mesma forma que o primeiro grupo, eles também exerciam atividades públicas: eram intendentess, chefes ou subchefes de polícia, alguns, como é o caso de Firmino de Paula, chegaram a ser deputados estaduais. Neste último grupo, nem todos eram ligados e defensores da bandeira política do PRR. Esse é o caso de Leonel Rocha, conhecido na região de Palmeira das Missões e Cruz Alta como “o caudilho a pé”, sendo que se destacou como um dos principais opositores ao PRR na região²⁰.

A historiografia que trata do período já demonstrou o quanto estas pessoas, independente de sua posição partidária, eram ligadas e representavam politicamente as aspirações das elites econômicas rio-grandenses que, em muitos casos, eram também seus interesses²¹. Contudo, em certos estudos, este ponto de vista é redimensionado, pois algumas abordagens apontam para ligação de determinadas lideranças, especialmente no contexto da região serrana, com setores menos privilegiados da população, como é o caso do já citado Leonel Rocha. Segundo este ponto de vista, expresso em pesquisas como as de Loiva Otero Félix²² e Lurdes Grolli Ardenghi²³, havia dois campos distintos de atuação política na região, identificados pelas autoras como “poder do campo” e “poder do mato”. Desde esta perspectiva, o “poder do mato” era formado pelos grupos opositores, mais detidamente compostos por pessoas que residiam em regiões onde preponderavam áreas florestais e onde dominava a produção agrícola e a extração de erva-mate levadas a cabo por pequenos posseiros e pelos trabalhadores dos ervais. Já o “poder do campo” era constituído por grandes proprietários de terras – tradicionalmente conhecidos como “estancieiros” – que tinham como sua principal fonte de riqueza a criação de gado, sendo que mantinham íntima vinculação ou eram os chefes locais do PRR, como é o caso de Victor Dumoncel, Valzumiro Dutra e Firmino de Paula.

²⁰É importante destacar que a oposição realizada por Leonel Rocha não era isolada, uma vez que suas ações e posições encontravam eco o suporte nos grupos opositores ao projeto político do PRR, aglutinados em torno do Partido Federalista (PF), que formava a oposição organizada no Rio Grande do Sul, cujos principais líderes foram Silveira Martins, Assis Brasil e Raul Pilla. Cf: ROUSTON JUNIOR, Eduardo; FERTIG, André. A oposição federalista n Assembleia dos Representantes: análise de algumas lideranças políticas. In: *Revista do Historiador*. n.2, ano 2, dezembro de 2009. Disponível em: <http://http://www.historialivre.com/revistahistoriador>.

²¹Cf. FELIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

²²FELIX, *Coronelismo, borgismo...*

²³ARDENGHI, Lurdes Grolli. *Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2003.

Embora a separação entre “poder do mato” e “poder do campo”, proposta por Félix e Ardhengui, à primeira vista pareça arbitrária, pois dicotomiza a relação coronelística em dois campos que se distinguem devido à sua inserção nas estruturas de produção e de domínio político, ela é relevante na medida em que possibilita a visualização de particularidades que as análises mais generalizantes, por serem mais amplas, não observam devidamente. Contudo, é preciso certo cuidado com a separação, visto que, ao particularizar e delimitar o objeto em análise, não se pode perder de vista o conjunto mais amplo de relações em que um ou outro poder (do mato ou do campo) estavam inseridos, especialmente, que eles compõem e são resultados do sistema coronelístico. Nestes termos, a expressão particularizada do coronelismo não o isenta de ser o que é, ou seja, coronelismo. Dessa forma, tal separação deve ter apenas um conteúdo metodológico e de modo algum deve levar à conclusão de que os “dois poderes” eram diametralmente opostos e separados em compartimentos estanques.

Diante disto, é importante retomar algumas considerações desenvolvidas por Otero Félix sobre as peculiaridades próprias do coronelismo rio-grandense. Uma delas diz respeito ao fato de que, segundo Félix, os coronéis do Rio Grande do Sul deitam sua dominação em aspectos históricos relativos ao modo militarizado como ocorreu a ocupação do estado, fato que daria um caráter caudilhesco aos coronéis rio-grandenses, sendo o carisma um dos fundamentos que explicam a ascendência e dominação por eles exercida. Outra, refere-se à afirmação de que, no Rio Grande do Sul, o PRR seria o cerne onde se articulavam as negociações coronelísticas. A força do partido somada à força do Estado em relação aos coronéis seria um elemento de diferenciação do coronelismo rio-grandense em relação aos seus congêneres ocorridos em outros estados da federação. Evidentemente que não é possível negar a influência de aspectos históricos no modo como o mandonismo local se organizou no Rio Grande do Sul na Primeira República, da mesma forma a força do partido e a centralização de algumas decisões e políticas no seio do Estado também repercutiram em singularidades ao coronelismo.

Entretanto, sustentado pelas análises de Victor Nunes Leal apresentadas inicialmente, considero que o sistema de dominação que vigorava no Rio Grande do Sul antes da República deve ser conceitualmente definido como mandonismo. Isto é, era uma forma de relação social cimentada na dominação, mas que não necessariamente envolvia o Estado, além disso, o mandonismo é uma “característica do coronelismo” e não chega a configurar um sistema²⁴. Assim, nada impede que o coronel individualmente exerça atitudes e comportamentos singulares ao mandonismo, contudo, nenhum mandão de períodos anteriores ou posteriores a Primeira República pode ser definido nos mesmos termos que um coronel desse período. Assim, volto a frisar que para realização do coronelismo propriamente dito é necessária a presença do fato político e da conjuntura econômica anteriormente referidas. Não quero com isso afirmar que a presença destes dois fatores é determinante para existência do coronelismo, pelo contrário, busco destacar que, tanto em termos locais como nacionais, eles são nós importantes para compreensão profunda do conjunto de relações que se constitui no e a partir do coronelismo.

²⁴Cf. CARVALHO, Mandonismo, Coronelismo, clientelismo..., p. 231-232.

Assim, o coronelismo, como mostra Leal, antes de demonstrar o poder absoluto dos coronéis é expressão da crise desse poder, via o maior fortalecimento da esfera de influência e interferência do Estado a partir da República. Dessa forma, o fortalecimento do Estado leva a uma maior aproximação e dependência dos mandões locais que, a partir da Política dos Governadores, do conjunto de relações de reciprocidade por ela elaborada, das crises econômicas que marcaram a época, da federalização instituída com a Constituição, precisam do Estado para garantirem sua força. Tal circunstância, por seu turno, não leva à anulação das oposições e sim à sua reconfiguração de modo a se adaptarem ao jogo político então vigente, bem como a se organizarem enquanto oposição. Neste sentido, os coronéis que se posicionavam enquanto opositores aos governos levados a cabo pelos políticos ligados ao PRR, ainda eram coronéis e sua força, como no caso dos coronéis da situação, também estava situada na sua capacidade de mobilização do eleitorado e de capangas capazes de defender suas posições em caso de possíveis conflitos que fugiam ao âmbito da política e entravam no mundo da violência e da coerção.

Estas ponderações possibilitam pensar a dicotomia “poder do mato” e “poder do campo” propostas por Félix e Ardhenghi, como resultado da distribuição do poder político e econômico dentro do bloco dominante da economia-política rio-grandense. Este ponto de partida dá maior complexidade à análise e impossibilita o estabelecimento de comportamentos fechados por parte dos integrantes dos diferentes grupos. Neste sentido, o “poder do mato” devido a sua posição política e econômica subordinada pode ser pensando como conformando a “fração dominada da classe dominante” local. Entretanto, esta proposta precisa ser mais bem testada, uma vez que exige o desenvolvimento de análises que possibilitem conhecer mais detidamente o conteúdo de classe das formações em questão. Abordagem que não poderei desenvolver aqui, devido ao número de páginas que esta reflexão exigiria.

Outra forma possível de interpretar a existência desses dois grupos rivais no contexto da região serrana é pensá-lo como formadores do grande *campo* político que constitui o sistema coronelístico na região. Os dois grupos se movem a partir de uma *doxa* fundamentada no conjunto de reciprocidades estabelecidas entre as lideranças nacionais, estaduais e municipais via Política dos Governadores. Em consequência, no ponto final de todas essas relações, ao tratar do caso específico da região serrana do Rio Grande do Sul, temos o estabelecimento de posições diferenciadas dentro deste *campo*, bem como em relação a esta *doxa*. Neste quesito, embora os dois grupos partilhem de pontos em comum relativamente a *doxa* e ao campo, um dos poderes (do mato), que forma um subcampo dentro do grande campo antes referido, é subordinado em relação a outro poder (do campo) e, mesmo em sua posição subordinada, não deixa de disputar a hegemonia do grande campo político²⁵.

A análise profunda das relações estabelecidas entre os integrantes do “poder do mato” demonstram que elas estavam intimamente conectadas com as posições adotadas pelos grupos que, na passagem do Império à República, perderam sua hegemonia política no Rio Grande do Sul, exatamente para o grupo aglutinado em

²⁵As noções de *campo* e *doxa* aqui empregadas são mais detidamente desenvolvidas por Pierre Bourdieu em seus estudos. Ver: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005; _____. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996.

torno do PRR. Fato que fica claro no seguinte trecho da entrevista dada por Leonel Rocha ao Jornal Correio do Povo em 1944. Nesta entrevista, ao ser perguntado sobre os motivos que o levaram a participar das lutas armadas que marcaram o Rio Grande do Sul entre 1889 e 1930, Rocha responde:

Eu era um homem de recursos. Residia em Palmeira, onde possuía duas léguas de campo arrendadas. Tinha gado em quantidade: ovelhas, cavalos e outras criações. Sempre fui federalista. Mas a isso fui levado por circunstâncias especiais, só o fazendo quando inimigos meus, conhecedores das minhas ideias, tentaram matar-me em diversas ocasiões. Várias vezes fui avisado por pessoas amigas do sinistro propósito. Foi por isso que tomei uma deliberação extrema: Entrei na carreira das armas, firmemente disposto a defender o ideal de Silveira Martins, que era o meu próprio ideal. E uma vez integrado no espírito revolucionário da época, mandei dizer aos meus adversários, que ia dar o que fazer a todos eles²⁶.

Neste trecho, além de demonstrar a sua vinculação a Silveira Martins, um dos grandes opositores do projeto político do PRR e também nome em torno do qual se aglutinaram os grupos que perderam poder político com a Proclamação da República, Rocha dá indícios dos motivos que o levaram a alinhar sua posição com a de Martins. Ocupa lugar de destaque, neste sentido, aquilo que ele chama de “circunstâncias especiais”, isto é, a possibilidade de ser morto por aqueles que ele chama de seus “inimigos”. Esta resposta ajuda a entender as razões pelas quais as pessoas, muitas vezes independentemente de suas posições sociais e políticas, acabavam, por vezes de forma consensual, entrando sob as ordens de um coronel. Neste sentido, além do carisma herdado de períodos históricos anteriores, da coerção e da força econômica e política dos coronéis, entravam no jogo questões particulares que poderiam se tornar móveis para justificar a participação das pessoas em problemas políticos mais amplos e que se referiam ao Estado. Assim, quando Leonel Rocha diz ter entrado na luta armada devido a iminente possibilidade de ser morto por seus inimigos, demonstra que não foi exatamente a defesa do ideal federalista o motivo de sua decisão. Por seu turno, sua vinculação a Silveira Martins também pode ser entendida como uma alternativa interessante de participar de um grupo maior, o qual poderia ser mobilizado em momentos de necessidade.

Em estudo que aprofunda esta questão, embora tratando de um contexto diferente do aqui abordado, Jorge Mattar Villela²⁷, ao analisar as relações coronelísticas no interior de Pernambuco, destaca a importância do estabelecimento desta teia de relações, tanto entre os próprios coronéis como entre eles e seus dependentes. Dessa

²⁶ROCHA, Leonel. Entrevista concedida ao Jornal Correio do Povo. Porto Alegre, 09 de maio de 1944. Apud: ARDENGHI. *Caboclos, ervateiros e coronéis...*, p. 162.

²⁷VILLELA, Jorge Mattar. *O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

maneira, em termos de Primeira República e das localidades interioranas do Brasil, não estar atrelado direta ou indiretamente a um coronel era perigoso, pois o não pertencimento a um determinado grupo poderia, em última consequência, resultar em ser perseguido e sofrer violências dos diversos grupos. Isto é, vincular-se a um coronel e seu bando, possibilitaria ao indivíduo acionar o grupo para sua defesa individual, especialmente quando ele era alvo de ataques realizados por pessoas ligadas ao coronel opositor. No mesmo sentido, pondera Villela, muitas pessoas inseriam-senas lutas coronelísticas exatamente para executar vinganças em relação a violências sofridas, seja por capangas ou por agentes públicos que executavam suas funções movidos pela defesa dos interesses de chefes políticos locais.

Nestes termos, o coronelismo que tinha, como principal móvel, a defesa dos interesses dos grupos dominantes e a manutenção do status quo, levava as pessoas que não eram diretamente beneficiadas por esse sistema, mesmo de forma indesejada, a participarem dele. Fato que nos ajuda a entender a capacidade de mobilização e a aproximação do “poder do mato” com as populações que tiveram sua vida diretamente afetada pela execução do projeto político do PRR. Em outros termos, estar sob a liderança de Leonel Rocha, e participar de seu grupo, era meio eficaz e racional de questionar com maior força as arbitrariedades levadas a cabo pelos setores vinculados ao PRR e que exerciam sua hegemonia na região. Contudo, isto não significa afirmar que Leonel Rocha e as pessoas que partilhavam de sua posição política eram revolucionárias ou buscavam alterar profundamente as estruturas sociais, pelo contrário, lutavam contra o PRR dentro das normas estabelecidas pelo próprio sistema coronelístico. Por seu turno, não era diferente a situação das pessoas que estavam vinculadas aos coronéis aglutinados em torno do PRR. Conhecida esta faceta do processo, cabe-nos agora analisar mais detidamente como se firmavam as relações entre os coronéis e seus dependentes.

III

Assim como o mandonismo é uma característica do coronelismo, o clientelismo também o é. Por clientelismo entende-se aqui um “tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo, na forma de voto”²⁸. Da mesma maneira que o mandonismo, o clientelismo não deve ser confundido com o coronelismo, pois embora as relações clientelísticas tenham como móvel de sua existência o Estado, para elas se configurarem enquanto relação social, a figura do coronel não é necessária, sendo que as trocas podem ser levadas a cabo por diferentes atores sociais, uns situados mais próximos ao Estado e outros mais distantes.

No caso específico do coronelismo, estas decisões ficam a critério do coronel que, invariavelmente, era quem indicava as pessoas que ocupariam determinados cargos públicos, especialmente o de delegado. Por seu turno, o ocupante deste cargo, ao exercer suas funções, cuidaria para que elas não prejudicassem os interesses do coronel a quem ele estava atrelado, bem como seria mais rigoroso em relação aos

²⁸CARVALHO. Mandonismo, coronelismo, clientelismo..., p. 233.

seus inimigos políticos. Em setembro de 1917, durante a realização do processo eleitoral para escolha do intendente municipal de Santo Ângelo, ocorreram alguns fatos que ajudam a conhecer a forma como, na prática, estas relações ganhavam vida. Da mesma maneira, permite visualizar que o jogo coronelístico, por ser uma relação social, também tinha lá seus problemas e desarranjos.

No dia da eleição, na mesa eleitoral do 5º distrito do município – lugar denominado Campinas – segundo informa o delegado de Santo Ângelo “alguns indivíduos que dizendo-se cumprir ideais nobres, fins patrióticos, convulsionaram o recinto de uma mesa eleitoral com o intuito de perturbar a ordem, amedrontar o eleitorado, impedindo a votação”²⁹. Os autores da confusão eram, de acordo com o delegado, Jorge Bauer e Valentim Pereira. O primeiro tinha 29 anos de idade, era casado, natural da Áustria e era ferreiro. Valentim tinha 31 anos, era casado, natural do Rio Grande do Sul e residente no 6º distrito de Santo Ângelo – lugar denominado Giruá. O delegado conta que Valentim Pereira havia sido demitido do cargo de subintendente do 6º distrito às vésperas da eleição e quem o tinha demitido foi o então intendente municipal de Santo Ângelo, Álvaro Silveira, que estava concorrendo à reeleição naquele pleito. Portanto, argumentava o delegado, a suposta confusão gerada por Valentim e seu companheiro Jorge Bauer tinham o sentimento da revanche. Entretanto, no interrogatório, datado de 10 de novembro de 1917, Valentim diz não ter se envolvido na questão e que apenas viu a confusão e retirou-se do local sem nada saber. No mesmo dia, Jorge Bauer também é interrogado e sua versão esclarece melhor o fato. Bauer conta que estava em Campinas e se achava no lugar onde funcionava a mesa eleitoral. Que, nesse dia e lugar, foi por diversas vezes provocado por um indivíduo de nome Sigismundo Alexandroviz Kraskym e, para fugir das provocações, se escondeu em um quarto da casa onde aconteciam as eleições. No entanto, Sigismundo entrou no quarto e avançou contra ele de faca em punho, pelo que se viu obrigado a reagir vindo a ferir Kraskym na cabeça.

Uma versão semelhante a de Bauer é fornecida por José Duarte Lages (41 anos de idade, casado, empregado público, natural do Rio Grande do Sul). De acordo com Lages, que era secretário da mesa eleitoral, Sigismundo Kraskym estava embriagado e fazia provocações aos presentes a ponto do Presidente da mesa eleitoral ordenar a sua prisão. Ainda segundo Lages, Kraskym entrou em um quarto onde estava Jorge Bauer e ambos brigaram sendo que, aproveitando a confusão, Valentim Pereira dirigiu-se a mesa eleitoral e rasgou grande número de cédulas. Em 17 de dezembro de 1917 é ouvida uma testemunha de defesa que traz novos elementos, os quais ajudam a entender a situação. Pedro Antunes da Silva (23 anos de idade, solteiro, natural do Rio Grande do Sul, agricultor e residente no 5º distrito), conta que estava junto de Valentim no momento da confusão e que o acusado não havia se envolvido nela. Afirma que o Processo estava sendo movido por perseguição política e que era obra do Intendente municipal Álvaro Silveira, porque Valentim não havia votado nele.

Em 18 de dezembro de 1917, Sigismundo Kraskym dá sua versão dos fatos: conta que foi nomeado fiscal eleitoral do distrito de Campinas e que no caminho

²⁹Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERGS). *Processos Crime 1.445. Cartório Civil Crime. Município de Santo Ângelo, 1917.* Maço 49.

de sua casa até a mesa eleitoral ouviu boatos de que Jorge Bauer, que não era eleitor daquela seção, queria assistir as eleições e amedrontar o eleitorado. Afirma que havia tomado alguns goles de cachaça, mas não estava embriagado e que, “na condição de fiscal” tinha discutido com o Presidente da mesa eleitoral por este ter proibido que algumas pessoas votassem sob a alegação de que não eram eleitoras daquele distrito, sedo que Jorge Bauer se interpôs nessa discussão. Segundo Kraskym, os ânimos haviam se acirrado muito e, por este motivo, resolveu ir até o hotel da cidade, onde havia deixado seu revólver e uma espada e, nessa ocasião, tomou “uns gollos de Paratti”. Munido de suas armas, Kraskym retorna até o local onde estava acontecendo a eleição e, nesse momento, viu chegar uma banda de música composta por alguns seus conterrâneos tocando o hino russo e “ele declarante sentindo-se arrebatado saiu da casa, chegou frente a banda de música dando um viva a Rússia e outro ao Brasil, detonou para o ar doze tiros e depois voltou novamente para a sala aonde se distribuía cédulas”³⁰. Em consequência desse ato, os responsáveis pela segurança local tentaram prender Sigismundo que reagiu dando ensejo para o desenvolvimento da confusão discutida no Processo. Kraskym, afirma que Valentim Pereira realmente não havia entrado no confronto muito menos rasgado as cédulas, logo, estava sendo acusado apenas por questões políticas. Por fim, em 02 de abril de 1918 é realizado o julgamento e os dois acusados, Bauer e Valentim, são absolvidos.

O Processo crime demonstra a importância de manter o controle sobre os aparelhos políticos locais e como as disputas por esses lugares perpassavam os diferentes níveis da vida social. Além disso, fica claro que os laços que ligavam os coronéis aos seus dependentes não eram fortes o suficiente a ponto de garantirem a inviolabilidade da relação. Isso tanto é verdade que, o delegado de Santo Ângelo, afirma no seu relatório que os fatos ocorridos tinham sido planejados por Valentim Pereira, o qual havia sido demitido de seu cargo de subintendente do 6º distrito de Santo Ângelo. Por algum motivo, difícil de ser conhecido, visto não ter sido mencionado no Processo crime, ocorreu algum desacerto entre intendente e subintendente, fato que não só levou à demissão do último, mas também serviu de móvel para envolvê-lo num conflito em que, pelo que consta nos autos crime, Valentim não havia participado.

Essa situação nos remete novamente a Victor Nunes Leal em sua constatação de que quando ocorrem divergências entre os coronéis e algum funcionário público por ele indicado, a melhor maneira de resolver o impasse é removê-lo de sua função³¹. Em sentido não muito diverso, também fica visível a forma como a máquina administrativa e judiciária estatal poderia ser usada para fins políticos. Os diferentes depoimentos evidenciam isso, pois o envolvimento de Valentim no caso só é confirmado pelas versões do delegado e do secretário da mesa eleitoral, dois funcionários públicos vinculados diretamente ao Intendente municipal que era o maior interessado em ver seu desafeto político, Valentim Pereira, condenado. Provavelmente, o delegado e José Duarte Lages (secretário da mesa eleitoral) não nutriam desejo de que acontecesse com eles o mesmo que ocorreu com Valentim: demissão e posterior perseguição.

³⁰Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERGS). *Processos Crime 1.445...*

³¹LEAL. *Coronelismo, Enxada e Voto*, p. 65.

Antes de dar sequência à análise é importante que se faça uma pequena observação sobre a identificação de alguns dos envolvidos no Processo crime com o coronelismo. No tópico anterior, a partir da aplicação e reinterpretação das análises clássicas que trataram sobre o coronelismo no Rio Grande do Sul, mais especificamente na região serrana, chamei atenção para presença de personagens políticos que, além de se identificarem e atuarem como coronéis, eram identificados pela população local nestes termos. No caso específico do Processo crime não temos nenhum desses indivíduos (Victor Dumoncel, Firmino de Paula, Leonel da Rocha, etc.) diretamente envolvidos, mas temos a participação de Álvaro da Silveira e do delegado de Santo Ângelo. O primeiro era vinculado ao PRR, portanto, ligado diretamente a Bráulio de Oliveira, chefe local do Partido e, o segundo, também participa desta relação, visto que, como delegado, era nomeado pelo Intendente municipal. Assim, a partir da participação destes dois personagens e dos outros indivíduos envolvidos no Processo (Jorge Bauer, Valentim Pereira, Sigismundo Kraskym, José Duarte Lages, etc.) é possível remontar, ainda que não solidamente, parte da teia de relações em que se sustentava o coronelismo na região.

Os desacertos não se resumiam às questões políticas e aos pleitos eleitorais, mas ganhavam vida, muitas vezes de forma individualizada, no cotidiano da região. Mesmo que não esteja diretamente vinculado ao coronelismo, o fato que passo a descrever, a partir de outro Processo crime, também movido na Comarca de Santo Ângelo, ajuda a visualizar os espaços e estratégias usados para questionar atitudes consideradas injustas, desviantes ou desrespeitosas em relação a alguns princípios que eram caros naquela figuração social. Em 14 de dezembro de 1908, Joaquim Antônio Antunes Ribas, Pedro Basílio Severo, Anacleto José Severo, Maria da Conceição Antunes Ribas, Thacila Antunes Ribas e Manuel Marques de Meneses prestam queixa crime contra Francisco Ávila dos Santos, Felisbina Pereira da Silva e Hermógenes Pereira da Silva (filho de Felisbina). Consta na queixa que durante o mês de novembro de 1908, no terceiro distrito de Santo Ângelo, houve uma “verdadeira derrama de escritos injuriosos, vulgo pasquins, contra famílias respeitáveis e, de fato, honestas”³². O autor dos *pasquins* foi Francisco Ávila, o distribuidor Hermógenes, e Felisbina, de acordo com a denúncia, foi a mandante e coordenadora de tudo. O Processo crime não permite esclarecer profundamente o caso, pois as testemunhas arroladas apenas confirmam a versão da queixa e aos acusados não é dada palavra. Contudo, o referido *pasquim* é juntado aos autos e a partir dele é possível ter uma ideia melhor do que se tratava:

O Sñr Cidadão³³

O Cidadão Jango Riba
No comércio é um graúdo
E o infame proceder
É de um cachorro lanudo.

³²APERGS. *Processo Crime 1.347. Cartório Civil Crime. Município de Santo Ângelo, 1908.* Maço 45.

³³APERGS. *Processo Crime 1.347...*

1
 A Senhora dona tuca
 É da mesma liberdade
 Ela junto com as filha
 Tudo cão da pá virada

2
 Tudo cão da pá virada
 Tudo cão puta e cadela
 Que os que não serve para as filha
 Sempre que serve para ela

3
 Sempre que serve para ela
 Não gostam de perder nada
 Em qualquer fachinalzinho
 Estão de anca bolhada

4
 Em qualquer fachinalzinho
 Estão de anca bolhada
 Porque o Senhor Julhomaia
 É pastor da manada

5
 O Jango toca ele de casa
 Pensando de ele saí
 Mais para mode a Conceição
 Ele sai e tende vim

6
 A Conceição quer ser uma dona
 No fim é uma lijongera
 Foi achado coGervásio
 Debacho da laranjera

7
 A Carcidia quer ser uma fror
 Que no jarro foi prantada
 Contai quem casar com ela
 Que é uma fror desfolhada

8
 Que é uma fror desfolhada
 Conta quem assistir ela
 Que as dez horas da noite
 E lhe tirou pela janela

9
 São falsos são faladores
 Porcos de natureza
 E a gente do Manoel Marques
 Estão na mesma carreira

10
 Estão na mesma carreira
 Daqui pra lá e de lá pra cá
 Quando for no fim do tempo
 Avemos de ver em que dá

11
 A picucha e o neném
 Estão de carijo armado
 Mais o que já diz o povo
 É que o carijo já está canchiado

12
 Vou dar fim neste papel
 Porque chega de fala
 Eles mesmo são curpados
 Pois quem mandam no lugar.

É possível verificar que o conjunto das pessoas arroladas nos versos era composto por indivíduos vinculados ao comércio, tinham certo poder social, pois no fim o autor deixa claro que a condição dos personagens do *pasquim* é a daqueles que “mandam no lugar”. Também é visível que a maior parte das acusações buscava ferir a honra dos envolvidos e elementos como a conduta da mulher, sua virgindade principalmente, são constantemente acionados. O julgamento do caso acontece em 26 de dezembro de 1908 e os três acusados são condenados a seis meses de prisão e ao pagamento de uma multa de 400 mil réis cada um. Fato um tanto interessante, visto que encontrei Processos crime em que casos mais violentos e que a autoria do crime é efetivamente reconhecida não foram julgados com tanto rigor e, em grande parte deles, os envolvidos eram absolvidos.

Os responsáveis pelos versos, ao definirem seus personagens como “aqueles que mandam no lugar”, evidenciam de forma iluminadora a dominação exercida ou que se pretendia exercer por tais indivíduos. Ademais, a atitude de escrever o

Pasquim, demonstra uma forma original e própria utilizada para questionamento de determinadas relações sociais que eram fundamentadas na desigualdade econômica e social, características daquele contexto. Da mesma forma, a ação de mover um Processo crime contra os autores do *Pasquim*, evidencia a atitude daqueles “que mandam no lugar” no sentido de não verem, via ação estatal, sua dominação e posição social questionadas. Para tanto, como no primeiro Processo crime apresentado, a Justiça Pública é utilizada como espaço propício para regulação do comportamento social, principalmente para punição de atitudes consideradas desviantes. O recurso a Justiça Pública não é privilégio da elite política e econômica local, pois também poderia e foi usada pela população como um todo. Entretanto, havia alguns problemas dificultando o uso deste recurso pelas populações mais pobres. Dentre eles, desatava-se a descrença por parte dessa população de que a Justiça poderia atuar em seu favor, o total desconhecimento desse campo e, igualmente, o não domínio da escrita, fato fundamental, já que a materialização de um pleito judicial se dá por meio da produção dos autos escritos.

Uma das características das relações aqui apresentadas é a de que elas se definiam como relações de dominação, que descansavam, entre outros fatores, na proximidade “daqueles que mandam no lugar” com o Estado e seus aparelhos. Circunstância que, somada à sua situação econômica e a sua atuação política, foi importante para manter a relação nos termos da desigualdade e da dominação. Do mesmo modo, o fato de pessoas como Felisbina, Francisco e Hermógenes participarem de forma muito modesta na distribuição da riqueza, de muito dificilmente ocuparem cargos políticos e de entrarem em contato com o Estado, na maioria das vezes, em função de algum conflito, também condicionava a desigualdade e a própria dominação.

Todavia, isso não quer dizer que havia uma dominação fechada e inquestionável. Embora as relações fossem desiguais e existisse uma estrutura de favorecimento aos econômica e politicamente mais fortes, havia trocas e, nas suas relações, as partes se influenciavam. Nesse sentido, o interesse aqui é visualizar as várias facetas da sociabilidade local objetivando pensar as relações sociais que vigoravam na região, especialmente aquelas que tinham como seu móvel a dominação, como expressão de um determinado contexto social que, ao fim e ao cabo, é um

espaço multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autônomos, quer dizer, subordinados quanto ao seu funcionamento e as suas transformações, de modo mais ou menos firme e mais ou menos direto ao campo de produção econômica, mas no interior de cada um dos subespaços, os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas sem por isso se constituírem necessariamente em grupos antagonistas³⁴.

Em outros termos, as diferentes formas de relações sociais repercutem em diferentes modos de poder, algumas dessas relações têm características de dominação

³⁴BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese das “classes”. In.: _____. *O poder simbólico...*, p. 153.

e, como lembra Max Weber, não envolvem apenas a situação econômica dos grupos, mas a dominação se expressa quando a vontade manifesta – mandado – do “dominador” ou dos “dominadores” busca influenciar as ações de outras pessoas do “dominado” ou dos “dominados”. De fato, as influências “*de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações (obediência)*”³⁵. Logo, em termos weberianos, para funcionar a dominação tem de ser ou, pelo menos, parecer ser legítima. Entretanto, o fundamento da legitimidade não acontece de forma unilateral, uma vez que as vontades dos envolvidos nas relações podem se influenciar e, da mesma forma, deve-se estar atento para o fato de que o dominante em uma determinada relação social pode ser dominado em outra.

Em outra perspectiva e fundamentado em outros princípios teóricos, Edward Palmer Thompson desenvolve análises que podem ajudar a compreender mais profundamente o quadro complexo em que se fundamentavam as relações de dominação e as resistências que se constituíam na região³⁶. Ao analisar a realidade da Inglaterra entre os séculos XVIII e XIX, Thompson chama atenção para os costumes como princípios fundantes sobre os quais se sustentavam as resistências populares ao processo de transformações sociais que ocorriam na época e diziam respeito ao desenvolvimento do capitalismo e dos enfrentamentos de classes que lhe dizem respeito. Nestes termos, não necessariamente a posição de classe de determinados setores populacionais é fator determinante para compreender as ações sociais levadas a cabo por estes setores. Este fator, ou seja, a posição das pessoas em termos da classe, segundo Thompson, é importante, mas a ela deve ser acrescentada também a leitura própria que as pessoas, organizadas em grupos ou não, fazem da realidade que vivem e, tal leitura, encontra suporte no passado, nas tradições e nos costumes característicos de determinada situação social.

Assim, considerar a legitimidade da dominação como fator importante para melhor compreendê-la não deve anular o fato de que existem situações em que ela é questionada ou não é aceita e estes momentos ajudam a manter tais relações em níveis considerados legítimos pelas partes envolvidas. Encontrei alguns Processos crime que trazem exemplos representativos de como a dominação era questionada. Um deles, datado de 28 de dezembro de 1917, narra um acontecimento que se deu no distrito de Santa Rosa, município de Santo Ângelo. De acordo com a queixa crime, feita por Dinarte Eugênio de Mello (casado, agricultor e domiciliado em Santa Rosa), ele havia contratado um peão de nome Maurílio Borges (não qualificado no processo) para trabalhar por dia. Segundo Dinarte, Maurílio era “*acostumado a sofrer os maiores horrores da vida*”, situação que se modificou após ter sido contratado por ele denunciante: o peão “*sentia-se bem alegre, pois além de ganhar a alimentação e bons tratos tinha 9:000 réis mensais, quando era costumeiro viver por um prato de comida*”³⁷.

³⁵WEBER, Max. *Economia y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964, p. 699.

³⁶Ver: THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³⁷APERGS. *Processo Crime 1.471. Cartório Civil Crime. Município de Santo Ângelo, 1918*. Maço 50.

O queixoso continua seu relato e conta que certo dia Maurílio “saiu de seu patronato e pedindo-me dinheiro para comprar camisa, com ele embebedou-se”³⁸. Após esse fato, Maurílio retirou-se da casa de Dinarte, contudo, os dois tornaram a se encontrar em uma picada, momento em que Maurílio para “compensar os benefícios que lhe prestei”, afirma Dinarte, tentou agredir seu ex-patrão com uma faca. Dinarte consegue reverter a situação e, ao invés de ser agredido, acaba ferindo Maurílio, o qual procurou o inspetor do quartelão e prestou denúncia contra Dinarte. Alguns dias depois, Dinarte e o inspetor de quartelão, um certo “senhor Belém”, se encontram e o último dá voz de prisão a Dinarte, disso resulta um confronto entre os dois, no qual o inspetor dispara dois tiros, mas não acerta o alvo. Diante de tudo, o patrão ofendido presta queixa crime e requer que o inspetor seja julgado, considerado culpado e condenado pelo uso indevido da violência. Testemunhas são arroladas e ouvidas, mas não esclarecem a questão e, nos seus depoimentos, não trazem novidades sobre os confrontos entre o peão, o patrão e o inspetor. Em 26 de julho de 1918, o juiz considera que faltavam elementos que comprovassem a queixa e absolve o inspetor acusado.

As expectativas que Dinarte demonstrava ter em relação a Maurílio evidenciam que, naquele contexto, “ajustar-se” como peão ou, nas palavras de Dinarte, entrar no “patronato” de alguém significava reconhecer a autoridade dessa pessoa, bem como reconhecer os benefícios que poderiam ser auferidos da situação. Do mesmo modo, as ações de Maurílio, demonstram que as coisas não precisavam se desenvolver necessariamente nestes termos. Outro elemento presente no processo que explica quão complexas são as situações que envolvem a relação entre grupos sociais diferenciados aparece no depoimento de uma das testemunhas. Josias da Motta Ribeiro (24 anos de idade, lavrador, solteiro, residente em Santa Rosa), afirma que estava próximo ao local em que ocorreu o conflito entre o inspetor de quartelão e Dinarte, contudo, diante da possibilidade de confronto entre os dois “saiu incontinenti e foi para trás de casa para não presenciar algum conflito que se pudesse dar”³⁹. Existem algumas explicações possíveis que podem ser dadas para essa atitude: a primeira é que Josias buscou escapar da possibilidade de se ver atingido por uma bala perdida, a segunda é que não queria se envolver no confronto, a terceira pode ser a de que, em determinadas situações, o melhor é fingir-se de cego mesmo e, por fim, ele pode ter presenciado tudo, mas para não tomar partido preferiu dizer não ter visto nada. Em outras palavras, qualquer das opções que justifiquem a atitude de Josias aponta para sua racionalidade.

Em termos mais precisos, a relação estabelecida entre Dinarte e Maurílio pode ser interpretada como se constituindo em uma relação de patronagem. Por patronagem entendo aqui um conjunto de relações cuja marca mais característica é a existência de assimetria entre os envolvidos. De acordo com Julian Pitt-Rivers, por exemplo, a patronagem é uma relação de “amizade desnivelada”⁴⁰, ou seja, é uma relação em que o favorecido tem pouco a oferecer em troca do favor recebido, mas efetivamente o que ele tem a oferecer é importante no sentido de manter a própria relação.

³⁸APERGS. *Processo Crime 1.471...*

³⁹APERGS. *Processo Crime 1.471...*

⁴⁰PITT-RIVERS, Julian. *The people of the Sierra*. London: The University of Chicago Press, 1971.

Segundo Eric Wolf, os patrões, devido a sua posição social, tem o papel de fazer a conexão entre “*indivíduos orientados para a comunidade que querem estabilizar ou melhorar suas chances na vida, mas que não têm segurança econômica e as conexões políticas*”⁴¹, assim precisam de pessoas melhor orientadas para o extralocal: a nação, o Estado. Ponto de vista que é partilhado por Sydel Silverman para quem um dos principais papéis do patrão é atuar como um mediador entre aquilo que acontece na realidade local da aldeia ou da vila camponesa e aquilo que constitui a realidade própria da nação⁴². Numa interpretação não muito diversa, Jeremy Boissevain, mostra que as relações de patronagem devem ser compreendidas como um sistema paralelo e, de certa forma, ligada ao sistema estatal. Em outras palavras, nas sociedades marcadas pelo desnível social uma das funções da patronagem é permitir que as pessoas situadas em posições mais distanciadas do Estado tenham acesso facilitado a seus aparelhos. A mediação é feita por “alguém” que esteja mais bem situado em relação ao Estado, por sua vez, esse “alguém” pode exigir certos serviços em troca do favor prestado⁴³.

Para tornar tais considerações mais claras volto ao caso de Dinarte e Maurílio. Embora não se trate especificamente da mediação entre uma situação local com a extralocal, no caso verifica-se a existência de elementos característicos da patronagem. Dessa forma, no momento em que Maurílio desafiou seu patrão não fez mais do que questionar a assimetria que é própria das relações patrão/cliente. Desnível que Dinarte não esperava ver questionado. Além disso, quando presta queixa ao inspetor de quarteirão, Maurílio estava buscando auxílio em outra pessoa que também poderia exigir algo em troca pela intermediação. Da mesma maneira, quando Josias em seu depoimento diz que diante da possibilidade de conflito entre o inspetor de quarteirão e Dinarte optou por não presenciá-lo não estava mais que evitando qualquer possibilidade de se ver prejudicado perante uma das partes envolvidas. Fatos que nos levam a concordar com Geoge Foster quando afirma que os grupos que têm condições econômicas e sociais escassas percebem que o mundo e as coisas desejadas da vida “*como a terra, a saúde, a riqueza, a amizade, o amor, a virilidade, a honra, respeito e status, poder e influência, seguridade e proteção, existem em uma quantidade finita e limitada e são sempre escassos*”⁴⁴, daí a importância que as relações de patronagem têm nesses contextos, uma vez que elas, muitas vezes, são uma forma segura e rápida de alcançar alguns desses interesses.

Enfim, em termos nacionais, o coronelismo significou a constituição de um

⁴¹WOLF, Eric. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México, p. 88. In.: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Brasília: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; São Paulo: Editora UNICAMP, 2003, p. 73-93.

⁴²SILVERMAN, Sydel. The community-nation mediator in traditional central Italy. In.: POTTER, Jack. M., DIAZ, May N., FOSTER, George M. *Peasant Society: a reader*. Boston: Little Brown, 1967, p. 279-293.

⁴³BOISSEVAIN, Jeremy. *Patronage in Sicily*. MAN, 1(1): 18-33, 1966.

⁴⁴FOSTER, George M. La sociedad campesina y la imagen Del bien limitado, p. 64-65. In: BARTOLOMÉ, Leopoldo J., GOROSTIAGA, Enrique E. *Estudios sobre el campesinado latinoamericano: la perspectiva de la antropología social*. Argentina: Ediciones Periferia SRL, 1974, p. 61-90.

complexo jogo de relações políticas, as quais ganharam forma, mais ou menos acabada, a partir da instituição da Política dos Governadores, durante o Governo Campos Sales e que perduraram até 1930, quando novas alterações são realizadas na estrutura política brasileira. Já a expressão do coronelismo no Rio Grande do Sul carrega heranças de períodos anteriores e traz como uma de suas peculiaridades a presença de um partido (PRR) forte, altamente vinculado ao Estado e com uma estrutura de controle e dominação políticas fortemente centralizados⁴⁵. Além disso, outra marca do Rio Grande do Sul é a presença de uma oposição organizada que, ao longo da Primeira República, tanto pela via eleitoral como pela armada, questionou o projeto político do PRR e tentou impor sua hegemonia.

Em termos locais (municípios/distritos), o coronelismo também assume suas particularidades e regularidades. Dentre elas, destaquei o fato de que a relação entre os coronéis (patrões) e seus dependentes (clientes) também assumia o caráter da patronagem, isto é, era uma relação de “amizade desnivelada”, sendo que um dos fundamentos de seu funcionamento era o de que as partes envolvidas, por mais que ocupassem lugares desiguais na hierarquia social, “tinham lá os seus poderes”. Assim, a proposta central deste texto foi mostrar que os grupos subordinados, compostos em sua maioria por lavradores pobres, pequenos posseiros, jornaleiros, coletores de erva mate, peões e agregados, entravam nas lutas coronelísticas não em função de sua ignorância, mas movidos por escolhas próprias realizadas a partir da leitura que faziam da realidade que viviam e de sua inserção nas condições sociais então vigentes. Por seu turno, quando as ações dos grupos subordinados adotavam o sentido do questionamento e da resistência, os suportes de tais ações eram os costumes e as suas noções do que era justo ou injusto, sendo que estes também deitavam seu fundamento no mundo da produção e na maneira como ocorreu a constituição histórica da região.



⁴⁵Essa presença e força do PRR no Rio Grande do Sul resultou em interpretações que definiram os coronéis rio-grandenses como “coronéis burocratas”. Não discutirei detidamente esta interpretação, pois embora produtiva, considero que tal definição aplica-se ao caso dos coronéis vinculados ao PRR, mas não encontra muito espaço no caso dos coronéis da oposição. Para aprofundar as discussões sobre esta questão, ver: Raymundo Faoro. *Os Donos do Poder...*; Joseph Love. *O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha...*; Loiva Otero Félix. *Coronelismo, borgismo...*

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir questões relativas ao modo como, durante o período da Primeira República, no contexto da região serrana do Rio Grande do Sul, se configuravam as relações coronelísticas. Em termos mais precisos, analiso o coronelismo como expressão da confluência de um fato político – a federalização instituída a partir da Constituição de 1891 – e de uma conjuntura econômica – as crises que marcaram o Brasil nas décadas iniciais do século XX. A partir deste ponto de vista, procuro perceber a realização local e mais particularizada do coronelismo. Especialmente, a forma como se constituíam as relações entre os chefes locais e as populações rurais que estavam sob sua esfera de influência. Dessa forma, procuro discutir com a literatura clássica sobre o tema, chamando atenção para a complexidade do coronelismo como fenômeno político e destacando que as relações de dominação que o caracterizam, antes de ser resultado da “ignorância” das populações rurais é produto de um processo histórico que, entre outras coisas, envolve a maneira como se constituiu a apropriação territorial no Brasil.

Palavras Chave: Coronelismo; Dominação; Resistência.

ABSTRACT

The aim of this paper is to discuss issues relating to how, during the First Republic, in the context of the mountainous region of Rio Grande do Sul, the relations of *coronelistas* were configured. More precisely, I analyze the *coronelismo* as an expression of the confluence of a political fact – the federalization established by the Constitution of 1891 – and an economical environment – the crisis that marked Brazil in the early decades of the twentieth century. From this point of view, I try to perceive the performing location and more particularized of the *coronelismo*. Especially, the way the relationships were constituted between local leaders and the rural population that were under its sphere of influence. Thus, I try to discuss with the classical literature on the subject, calling the attention to the complexity of the *coronelismo* as a political phenomenon and highlighting that the relations of domination that characterize, before being a result of the “ignorance” of the rural population is the product of an historical process which, among other things, involves the way on how territorial ownership in Brazil was established.

Keywords: *Coronelismo; Domination; Resistance.*